

## **Fatores apontados como obstáculos de acesso à justiça**

Ao falarmos de convivência em sociedade, não é possível ignorar os inúmeros conflitos que venham surgir com o cotidiano, sendo necessário um resultado efetivo mediante a um processo legal eficiente, logo é deduzível imaginar uma justiça eficaz, na qual atende as demandas de uma sociedade em constantes mudanças. O termo "acesso à justiça" é determinante como requisito fundamental de um ordenamento jurídico moderno e igualitário que pretende, além de proclamar, resguardar o direito de todos. A acessibilidade ao judiciário é considerada como um direito humano indispensável para a harmonia em coletividade, mas diversos fatores ocasionam obstáculos que impedem a eficácia deste direito nas mais diversas camadas da sociedade, empecilhos que envolvem fatores socioeconômicos, socioculturais, socioeducativos, etc.

Em um país marcado por contrastes e desigualdades sociais, fator que resulta em um distanciamento de grande parcela da sociedade em relação às instituições judiciárias, os indivíduos que não usufruem de suficiência econômica não suportam a grande proporção dos demais custos necessários à solução de um conflito, consistentes nos altos valores praticados para a cobrança de custas processuais e honorários advocatícios, ocasionando barreiras ligadas às condições de exclusão em relação ao acesso à justiça.

Seja por dificuldades institucionais ou da complexidade do nosso sistema processual, o aumento do número de processos dos tribunais culmina de um círculo vicioso resultado da lentidão processual, caracterizado por procedimentos altamente sistemáticos e burocráticos, consequentemente gera empecilhos que impedem desfechos de resoluções de qualidade.

Consistindo na dificuldade da população em reconhecer a existência de um direito, de quanto são lesionados e quando procurar assistência, grande parte da população desconhece a existência de defensorias públicas. A ausência de informações necessárias proporciona o desconhecimento da população, em geral, no qual nutre a desconfiança em relação aos advogados e ao sistema jurídico como um todo justificado pela incomunicabilidade do objeto formal, proporcionando um bloqueio considerável entre os lados.

Constantemente, pessoas deixam de lutar pelo ressarcimento dos seus bens jurídicos lesados com receio de ter alguma retaliação por parte do indivíduo causador da lesão. Isso acontece também pela descrença na justiça, sendo que teoricamente deveria transmitir e garantir segurança as partes envolvidas.

Portanto, podemos concluir que a morosidade processual, a desinformação e as desigualdades sociais são algumas das consequências geradoras de entraves em relação ao acesso à justiça, sendo necessária a expansão e a disponibilização de um sistema judiciário aberto a todos e de maneira equilibrada e parcial para possibilitar a resolução de conflitos em menor tempo com maior qualidade.